

## ENTRE A CRUZ E A ESPADA:

### Ensaio sobre o extermínio dos Carijó na Ilha de Santa Catarina

KARINE SIMONI\*

A cruz e a espada assinala o fim de uma etnia e a instalação de uma nova ordem na Ilha de Santa Catarina durante os séculos XVI e XVII, baseada nos valores que os representantes do mundo europeu defendiam.

Para a maioria dos brasileiros, a nossa história começou em 22 de abril de 1500. Há uma grande lacuna na nossa historiografia sobre a presença dos grupos indígenas antes desta data. Na maioria das vezes são vistos como passivos e vítimas, cruelmente exterminados. Não aparecem enquanto sujeitos históricos que ajudaram e também se rebelaram contra o colonizador ao longo desses cinco séculos de colonialismo.

O principal objetivo desse ensaio é apresentar alguns aspectos da cultura do grupo Carijó que habitava a Ilha de Santa Catarina no momento da chegada de levadas humanas cujas raízes estavam na Eu-

ropa, no início do século XVI, bem como analisar o processo de expansão colonialista que destruiu esse povo.

Os *Carijó*, ou *Cario*, pertenciam à família Tupi-Guarani, que na época ocupava grande parte do litoral brasileiro e algumas regiões do interior. Teriam vindo da região do Rio da Prata em direção ao Atlântico e, na disputa pelo meio, dominaram e expulsaram outros grupos que habitaram sucessivamente a Ilha há aproximadamente cinco mil anos<sup>1</sup>.

A violência contra os povos nativos da América e a perda de grande parte de sua cultura faz parte de uma abordagem difícil de ser trabalhada. Uma das razões é a carência de fontes que permitam um estudo mais aprofundado dessas populações. Durante muito tempo, a utilização quase exclusiva da documentação oficial e das crônicas dos viajantes que passaram por Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX registraram muitas faces que nem sempre foram fiéis às expressões e atitudes dos Carijó. Hoje, desde que se apli-

---

\*Estudante da 7ª fase do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista do Programa Especial de Treinamento – PET – História.

que uma adequada correção hermenêutica<sup>2</sup> a esses dados, é possível perceber muitos aspectos da sua cultura.

O conhecimento do modo de ser e de viver dos Carijó é uma questão preliminar e de extrema importância para melhor se entender o processo de colonização que culminou com o seu extermínio. Para perceber e analisar esse processo, é preciso conhecer um pouco mais da vida e da cultura<sup>3</sup> dessa etnia<sup>4</sup> antes que o contato com o homem branco acabasse com suas tradições.

A Ilha era chamada de *Meiembipe* pelos Carijó. Não há uma tradução definitiva para esse termo, mas muitos autores a aceitam como *elevação ao longo do rio*<sup>5</sup>. Essa denominação resulta da visão que o observador tem da terra firme ao contemplar as montanhas que dominam a Ilha. Já o canal onde hoje se encontra a Ponte Hercílio Luz era conhecida como *Jure-rê-Mirim*, que significa *boca pequena ou estreito*<sup>6</sup>.

Segundo Silvio Coelho dos Santos, os habitantes da Ilha “já conheciam a agricultura, eram sedentários e tinham na pesca a atividade básica para a sua sobrevivência”<sup>7</sup>. Eram exímios conhecedores da natureza, cultivavam diversos vegetais, como o milho, o algodão, o amendoim, a mandioca, o fumo, a erva-mate, entre outros, que foram oferecidas e utilizadas pelos europeus<sup>8</sup>.

Além da agricultura de subsistência, caçavam animais como a anta e o veado, pescavam e coletavam frutos do mar, como ostras e mariscos. Buscavam também mel, frutas, palmitos e outros. Da exploração dos recursos naturais retiravam matérias primas como pedras, barro e madeira, utilizados para a fabricação de ferramentas, utensílios e ornamentos. De acordo com Pe. Rohr, “a potencialidade dos recursos naturais da Ilha – praias, rios e lagoas piscosas, a vegetação e caça abundantes – que deveria ser muito mais intensa no passado, sem dúvida, teria influenciado a decisão destes grupos humanos de se assentarem nesta terra”<sup>9</sup>.

O viajante francês Gonneville, que aportou em território catarinense em 1504, ao descrever as habitações dos Carijó, relata que “formam aldeias de trinta, quarenta, cinquenta ou oitenta cabanas, feitas à maneira de galpões com estacas unidas umas às outras, ligadas por ervas e folhas, com as quais os ditos habitantes são igualmente cobertos; e tem por chaminé um buraco, para fazer sair a fumaça”<sup>10</sup>.

A concepção e a forma de organizar o espaço residia na figura de lideranças, mencionadas pelos viajantes como chefes ou caciques. Além dos relatos, as evidências arqueológicas tem se mostrado muito importantes para ajudar a desvendar algumas atividades cotidianas desse

grupo.

Os Carijô desenvolveram uma tecnologia adequada para o ambiente litorâneo, produzindo formas artesanais bastante diversificadas, como potes e vasos de cerâmica, que serviam como instrumentos e utensílios domésticos. A cerâmica era utilizada para armazenar, cozinhar e transportar alimentos. Além do fim utilitário, servia como decoração, expressando um apurado senso artístico. Há indícios também da utilização de urnas funerárias. Das matas tiravam a madeira, provavelmente utilizada para a construção de suas moradias e canoas. Supõe-se que da transformação das fibras vegetais fabricavam cestos, esteiras e redes. Vestiam-se com peles, fibras vegetais e plumas de aves, com as quais também faziam os mais variados enfeites<sup>11</sup>.

Os grupos do litoral conheciam os caminhos que levavam ao interior. O explorador Cabeza de Vaca, ao chegar na Ilha em 1514, teria sido auxiliado pelos Carijô que o acompanharam durante mais de um mês, até chegarem ao rio Tibagi, no atual território do Paraná. A expedição pretendia alcançar Assunção, e nos seus relatos Cabeza de Vaca comenta que durante o trajeto nas terras hoje catarinense, os Carijô foram bem acolhidos por outros grupos do interior<sup>12</sup>.

Já no início do século XVI expedições de espanhóis e portugueses atracaram no litoral catarinense. Com a chegada

desses navegadores, a ilha e seus habitantes receberam outros nomes. Supõe-se que em 1514 a expedição portuguesa de D. Nuno Manoel tenha aqui ancorado. O local foi chamado de *Ilha dos Patos*, possivelmente devido ao grande número de aves do gênero que aqui habitavam<sup>13</sup>. O espanhol João Dias de Solis aportou na Ilha em 1516, chamando-a de *Baía de Los Perdidos*, referência a uma de suas embarcações que voltava para Espanha ter naufragado próximo à terra. Dos quinze tripulantes, onze conseguiram alcançar a praia e foram acolhidos pelos Carijô, com quem passaram a viver e foram, durante muitos anos, o elo de contato entre europeus e indígenas<sup>14</sup>. Em 1549, o viajante francês Hans Staden, numa passagem pela ilha, encontrou apenas um espanhol vivendo entre eles<sup>15</sup>.

Em 1526, o veneziano Sebastião Caboto, à serviço do rei da Espanha, naufragou próximo à Ilha, permanecendo aqui durante quatro meses. Foi a primeira expedição a deixar informações sobre o episódio e sobre os habitantes. Chamou o local de *Ilha de Santa Catarina*, possivelmente uma homenagem à sua esposa Catarina Medrano, ou à Santa Catarina de Alexandria, nome este que ficou conhecido e adotado até hoje<sup>16</sup>.

A Ilha de Santa Catarina foi um ponto estratégico entre o Rio de Janeiro e a região do Rio da Prata, ponto de escoamen-

to das riquezas da América. As condições geográficas faziam deste local um dos melhores portos naturais para o abastecimento dos navios. Navegadores e aventureiros aqui abasteciam seus navios para seguirem viagem até o Rio da Prata, onde os espanhóis haviam fundado Assunção e Buenos Aires, além da abertura de uma nova rota comercial para a Ásia. Segundo as descrições, a Ilha vinha a ser “o melhor lugar de refrescamento para nossos armadores, que se querem render ao mar do sul”<sup>17</sup>, por oferecer boa madeira para possíveis reparos nas embarcações, além de farta disponibilidade de água e de gêneros alimentícios, conforme relata o inglês George Anson, que aqui esteve em 1740:

A terra de Santa Catarina é muito fértil, e produz quase que por si mesmo variadas espécies de frutos. Está coberta de uma floresta de árvores sempre verdes, que pela fertilidade do solo, são de tal maneira entremeadas de sarças, espinheiros e arbustos, que o todo forma um conjunto impossível de atravessar, a menos que se tome um caminho que os habitantes fizeram para sua comodidade (...). Os bosques proporcionam nesta ilha um perfume admirável, pela grande quantidade de árvores e de arbus-

tos aromáticos que lá se encontram. Os frutos e as plantas próprias de outros países crescem aqui quase que sem cultura, e em grande quantidade, de maneira que não faltam nunca os abacaxis, os pêssegos, as uvas, as laranjas, os limões, as limas, os melões, os abricós, nem as bananas<sup>18</sup>.

Num primeiro momento, os europeus procuraram conquistar a simpatia dos Carijó, que se mostraram muito amistosos ao oferecerem ajuda para os navegadores. Entretanto, os Carijó “queixaram-se amargamente da ingratidão de Cabot, que, em recompensa pela acolhida que recebera, havia roubado os filhos de muitos deles”<sup>19</sup>.

Desde os primeiros contatos criou-se um comércio de escambo entre os naturais da terra e os navegadores. Observando as aldeias Carijó do Sul, o jesuíta quinhentista Leonardo Nunes relata que “vinham muitos índios com grandes presentes de veados e galinhas, peixes, cera e mel”<sup>20</sup>, em troca de adornos e ferramentas como anzóis, machados de ferro e outros objetos de metal. Nesse comércio os Carijó certamente percebiam as vantagens que os instrumentos oferecidos pelos europeus traziam, particularmente nas ações bélicas diante de grupos inimigos. Encarados como fornecedores de

um equipamento superior, os conquistadores foram bem acolhidos nas aldeias. Muitas procuravam manipular relações familiares, como casamentos, de maneira a fortalecer os vínculos e as vantagens que essa situação poderia trazer. De acordo com os jesuítas que visitaram a região nos últimos anos do século XVI, “há ali algumas aldeias de gentios amigos dos portugueses aos quais estes levam resgates de ferramentas e vestidos em cuja troca eles lhes dão seus próprios parentes e amigos”<sup>21</sup>.

Dentre os interesses da colonização luso-espanhola na América, a implantação de uma nova ordem social, política, econômica e religiosa tornou-se um projeto indispensável para o sucesso e a confirmação da América enquanto subordinada à metrópole. No Brasil, “o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”<sup>22</sup>. Assim, para que se identificasse aqui no Brasil o modelo de civilização português, fez-se necessário um grande número de mão-de-obra para explorar e assegurar a posse das terras.

Durante o século XVI e XVII, adentrou-se o interior do Brasil, visando capturar indígenas para o trabalho escravo nas fazendas. Além disso, a esperança de enriquecer rapidamente motivou a procura pelas minas de ouro, prata e pedras preci-

osas. Para o colonizador, a captura de grupos indígenas mostrou-se o único meio para tanto.

Nas primeiras décadas do século XVII, os paulistas concentraram suas atividades no sudeste de São Paulo e no chamado *sertão dos Patos*, localizado dentro dos limites atuais do nosso Estado. Os grupos que habitavam o litoral de Santa Catarina também foram alvo dos bandeirantes paulistas, que buscavam indígenas na região dos Sete Povos da Missões, no atual território do Rio Grande do Sul. Suas aldeias foram atacadas e grande parte dos que não morreram defendendo sua terra e sua gente foi aprisionada e mandada para os mercados de São Vicente e Bahia de Todos os Santos<sup>23</sup>. Conscientes desse processo, “os antigos naturais da terra são rapidamente sacrificados. Aqueles que não perecem, vítimas das armas e também das moléstias trazidas pelo conquistador, vão procurar refúgio no sertão distante”<sup>24</sup>.

A mudança de hábitos, além dos maus tratos, também contribuiu para o seu desaparecimento. Já nos primeiros contatos, foram acometidos por várias doenças, até então desconhecidas, como a gripe, o sarampo, a varíola, a pneumonia, a tuberculose, que não encontravam resistência alguma nos seus organismos<sup>25</sup>.

Os bandeirantes souberam explorar também as rivalidades entre as tribos e muitas vezes usaram os Carijó como alia-

dos para aprisionar outros grupos:

Os índios Carijó de Santa Catarina, em virtude de seu estágio maior de desenvolvimento e longo trato com os navegadores, eram de fácil aliciamento, de sorte que praticamente todos se misturavam com o branco e se tornaram bandeirantes. Serviam para pegar outros índios, até mesmo em Minas Gerais e nas missões jesuíticas de Guaíra<sup>26</sup>.

À medida que crescia a demanda por escravos, a violência tornava-se um instrumento cada vez mais importante na aquisição de cativos. Contra essa situação manifestaram-se os missionários da Companhia de Jesus, que veio para a América

...animada por um verdadeiro espírito de cruzadismo religioso. A conversão ao cristianismo, a redução do índio a um novo espaço de salvação e a defesa do índio ao colonialismo interno, protegendo-o da ação dos encomendeiros e dos bandeirantes e livrando-o do serviço pessoal são as bases sobre as quais se assentou o trabalho dos jesuítas<sup>27</sup>.

A partir do final do século XVI, preo-

cupados com o crescente extermínio dos povos indígenas e também desejando expandir a fé católica, os padres mobilizaram-se para a catequização e integração dos mesmos na sociedade. Fundaram vários aldeamentos, acreditando que só fixando o indígena numa área seria possível desenvolver a alteração da ordem existente entre eles, dimensionando-a nos valores morais cristãos e evitando a crueldade dos bandeirantes.

Os missionários pretendiam transformá-los em cristãos obedientes à Coroa. O jesuíta Manuel da Nóbrega insistia em ver os indígenas "no jugo da obediência dos cristãos, para se neles poder imprimir tudo quanto quiséssemos, porque é ele de qualidade que domado se escreverá em seus entendimentos e vontade muito bem a fé de Cristo, como se fez no Peru e nas Antilhas"<sup>28</sup>.

O sentimento do *novo* que os indígenas provocaram de imediato nos europeus levou-os a trabalhar a sua imaginação e a sua razão para tentar formar uma idéia clara sobre os mesmos. Em todo o Brasil eram conhecidos como seres sem fé, lei ou rei. As suas práticas foram consideradas como supersticiosas, repletas de maus costumes, ritos, cantos e danças idólatras. Vistos como pagãos, só alcançariam a única verdade, revelada apenas pela graça de Deus, mediante o batismo.

A dispersão e a organização tribal fo-

ram identificadas como selvageria e inferioridade. A ausência de uma economia planificada, condizente com o modo de ser Carijó, fez com que a sociedade de conquista definisse-os como seres preguiçosos, indolentes e incapazes de pensar e agir racionalmente por si próprios. Portadores da versão católica oficial que defendia a humanidade dos indígenas, os jesuítas os definiram como seres criados por Deus, porém desmemoriados da Sua lei. Assim, previram a urgência em salvar as almas através do projeto catequético<sup>29</sup>, mas consideraram os naturais da terra totalmente destituídos de religiosidade. Os jesuítas trabalhavam pela mudança de atitudes sem levar em conta que quase todas as formas de comportamento tribal possuem significado cultural e religioso.<sup>30</sup>

Segundo Saint-Hilaire,

Em 1618, o piedoso João de Almeida e seu companheiro João Fernandes Gato partiram de Santos com destino a Santa Catarina, para ali pregarem o Evangelho. Os Carijó acorreram pressurosos para ouvi-los, e foi com grande pesar que consentiram que eles partissem. Maravilhosos com o resultado de seus esforços, os dois religiosos rogaram ao chefe geral de sua Companhia que instalassem em Santa Catarina uma missão perma-

nente junto aos selvagens. Seus rogos foram atendidos, sendo enviado um missionário com o título de superior à ilha, o qual construiu ali uma casa, em 1622, que ainda existia em 1824<sup>31</sup>.

Os padres, entretanto, logo adoeceram e voltaram para o Rio de Janeiro, impossibilitando assim a continuidade do seu trabalho. Apesar de todas as expectativas, muitos grupos não se adaptaram e a aristocracia paulista continuou a caça para o trabalho escravo nas fazendas.

Se por um lado a ação jesuítica propôs-se à amenizar a fúria violenta dos bandeirantes e fortalecer a ação governamental de proteção aos índios, muitas vezes os próprios padres facilitavam o comércio humano. Ao visitar os aldeamentos do Sul no final do século XVI, um padre jesuíta relatou a forma pela qual a mão de obra era distribuída e negociada: “[os padres] repartem índios de serviço [...]. Quem vem pedir índios para serviço pede os ao Padre o qual chama um principal, o qual com os Portugueses os vai buscar e lá se concertam na paga”<sup>32</sup>.

Diante dos inimigos bandeirantes e das tentativas de mudanças impostas pelos jesuítas, os movimentos de resistência contra o sistema colonial por parte dos Carijó fizeram-se de diversas formas. A boa acolhida muitas vezes acabou por ser subs-

tituída por atitudes contra os proclamadores da nova ordem. Ao lado das atitudes de franca aceitação e assimilação, figuraram ações de oposição e relutância, agindo de alguma forma sobre a sociedade imposta. Vários foram os ataques seguidos de morte contra padres e vicentistas<sup>33</sup>. Muitos declararam guerra atacando o inimigo europeu, outros fugiam para os antigos locais onde haviam vivido, tentando resgatar a liberdade e o espaço que havia sido tirado no momento da conquista. Desejando fugir da perseguição, acabaram por abandonar suas terras e se dispersarem, adentrando as matas, mesclando-se com outros grupos do interior.

Até 1645 diversas tentativas de catequização dos Carijó foram empreendidas. Em Santa Catarina, as missões se destacavam pelo seu caráter missionário, diferente de outras capitânicas, nas quais tinham caráter povoador. Após essa data, a ação dos missionários junto aos índios foi considerada um empecilho às iniciativas de povoamento e exploração do litoral Sul<sup>34</sup>. Expulsos, os jesuítas foram obrigados a se acomodarem às novas circunstâncias.

Em menos de 200 anos, uma população numerosa desaparecia. Entretanto, foram eles muito importantes para a nova população que iria fazer parte do atual território catarinense, fornecendo as bases para a sobrevivência dos colonos açoria-

nos que começaram a chegar a partir da segunda metade do século XVIII.

A chegada do europeu à América sinaliza o choque de duas civilizações que provocou a destruição das culturas indígenas e a dizimação de suas populações. Dadas as proporções deste extermínio, e a determinação de fazê-lo, não restam dúvidas que aqui ocorreu um holocausto. Milhares de indígenas foram mortos de todas as formas possíveis, pela espada e pela cruz, tortura física e humilhação cultural, por epidemias, pelo roubo de suas mulheres e o assassinato de seus filhos, escravização e paternalismo, doutrinação e por decretos governamentais.

O catolicismo imposto principalmente pelos jesuítas e a ação dos bandeirantes paulistas foram os principais responsáveis pelo saldo desastroso do confronto que trouxe a opressão, a morte e a destruição para milhares de indígenas. Em pouco tempo, a numerosa população que habitava a Ilha e todo o litoral de Santa Catarina passou a sobreviver apenas nos registros dos cronistas e viajantes.

É preciso buscar novas formas de diálogo e respeito, encontrar um lugar permanente para os grupos que sobreviveram a esse processo, como os Guarani, Kaingang e Xokleng. Apesar do descaso que vem sofrendo, nas suas ações demonstram que estão conscientes do processo que atravessam. Sem o apoio do Governo, das

nossas universidades, instituições políticas e não-governamentais, bem como um comprometimento do Estado, sua luta torna-se vã.

A luta pela igualdade e respeito é uma busca pela sobrevivência mas é também, em larga escala, a luta de todos nós por um Brasil mais humano, mais justo e mais saudável. No dia em que se puder encarar os povos indígenas com um grau menor de distorção, talvez se constitua em nós uma identidade nacional mais democrática e mais firmemente apoiada em suas raízes.

## NOTAS

- (1) SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. 3ª edição. Ilha de Santa Catarina: Terceiro Milênio, 1995, p. 23.
- (2) O termo *hermenêutica* significa desvendar, desocultar. Tratar a hermenêutica na História equivale a interpretar o sentido das palavras e expressões subjetivas, presentes nas manifestações dos grupos marginalizados, que estão na periferia das ideologias dominantes.
- (3) O conceito de *cultura* aqui utilizado remete-se à Bartomeu Melià, que entende cultura "*en su sentido más amplio de modo de ser, de pensar y de actuar sobre el mundo y organizar la sociedad*." In: MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado e reducido*. 2ª ed. Biblioteca Paraguaya de Antropología, vol. 5. Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica. Assunción, 1988, p. 162.
- (4) O conceito de *etnia* aqui utilizado baseia-se nos antropólogos que definem o termo como o estudo de grupos humanos culturalmente considerados na sua especificidade.
- (5) PAULI, Evaldo. *A fundação de Florianópolis*. Florianópolis: Edeme, 1973, p. 18.
- (6) Idem.
- (7) SANTOS, Sílvio Coelho. Op. cit., p. 21-22.
- (8) FOSSARI, Tereza Domitila. *Cultura pré-histórica da Ilha de Santa Catarina*. In: MELO, Osvaldo Ferreira (coord.). *História Sócio-Cultural de Florianópolis*. Florianópolis: Clube 12 de Agosto: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: Lunardelli, 1991, p. 16.
- (9) ROHR, 1950. Citado por FOSSARI, Tereza Domitila. Op. cit., p. 16 - 17.
- (10) PERONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte Luas - viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503 - 1505*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 54 - 55.
- (11) FOSSARI, Tereza Domitila. Op. cit., p. 18.
- (12) Idem, p. 17.
- (13) PAULI, Evaldo. Op. cit., p. 21.
- (14) Sérgio Buarque de Holanda afirma que "em paragens ásperas, desertas e de pouco mantimento, os exploradores que o contato prolongado da terra e dos usos da terra não tivesse familiarizado com artificios de que se socorre o gentio em qualquer contingência, dificilmente poderiam prescindir do auxílio constantes de índios amigos" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia das letras, 1995, p. 25.
- (15) SANTOS, Sílvio Coelho, Op. cit., p. 25.
- (16) PAULI, Evaldo. Op. cit., p. 19.
- (17) HARD, Martin Afonso P. de (org.). *Ilha de*

- Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 4ªed. Florianópolis: Ed. da UFSC, Lunardelli, 1996, p. 65.
- (18) Idem, p. 64.
- (19) SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. [Trad. Regina Regis Junqueira] Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. da USP, 1978, p.119.
- (20) LEITE, Serafim S. J. (org.) *Leonardo Nunes à Nóbrega, 29/06/1552. (Monumenta brasiliae 1:445)* Roma: Archivum Romanum Societatis Iesu, 1956 – 60. Citado por MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 32.
- (21) Anôn. *Relação certa do modo com que no Brasil se conquistam e cativam os índios*, s.d. Fondo Gesuitico. Citado por MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., p. 64.
- (22) HOLANDA, Sérgio Buarque. Op. cit., p. 49.
- (23) SANTOS, Sílvio Coelho. Op. cit. p. 26.
- (24) HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.15.
- (25) SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. cit. p. 26.
- (26) PAULI, Evaldo. *Os primeiros povoadores*. In: MELO, Osvaldo Ferreira. (coord.) Op. cit, p. 32.
- (27) SCHALLEMBERGER, Ernesto. “*Franciscanos e jesuítas no processo missionário platino: a pedagogia catequética e a redução cultural*”. In: **Estudos ibero - americanos**. Vol. XV. nº1. PUCRS, 1989, p.104.
- (28) LEITE, Serafim S. J. (org.) *Nóbrega à João III, e Nóbrega ao ex-governador Tomé de Souza, 05/07/1559*. Op. cit., p. 445. Citado por MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., p. 32.
- (29) HANSEN, João Adolfo. *A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro*. In: NOVAES, Adauto (org.) **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.354.
- (30) GAMBINI, Roberto. **O espelho índio – os jesuítas e a destruição da alma indígena**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988, p 138.
- (31) SAINT-HILAIRE, Augusto de. Op. cit., p. 120.
- (32) LEITE, Serafim S. J. (org.) *Pedro Rodrigues à Acqua Viva, 10/10/1588*. Op. cit., p. 167. Citado por MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., p. 45.
- (33) LAVINA, Rodrigo. *Indígenas de Santa Catarina: história de povos invistíveis*. In: BRANCHER, Ana (org.) **História de Santa Catarina – estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 77 -78. SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Op. Cit., p. 40.
- (34) SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Op. Cit., p. 40.